

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Objeto: contratação de obra de reforma dos 3º e 5º andares do Pavilhão Rocha Lima, ocupados por laboratórios e coleções de nível de risco biológico NB-2 do Instituto Oswaldo Cruz, com ampliação para construção de torre de utilidades

Categoria do objeto: obras e serviços de engenharia

Processo: 25389.000391/2022-08

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Com base no Anexo III da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, as contratações devem ser precedidas de Estudos Preliminares para Análise da sua Viabilidade Técnica e Impacto Ambiental, Avaliação do Custo da Obra e Definição dos Métodos e Prazo de Execução que servirão para elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração Pública.

Portanto, registra-se que o objetivo do presente documento é definir tais condicionantes, predecessores à elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico a ser desenvolvido posteriormente.

2.1. SIGLAS UTILIZADAS NESTE DOCUMENTO

ABNT:	Associação Brasileira de Normas Técnicas;
CAU:	Conselho de Arquitetura e Urbanismo; órgão de classe responsável por emitir o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT);
Cogic:	Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi; unidade técnica responsável por prover as condições de infraestrutura da Fiocruz;
Conama:	Conselho Nacional do Meio Ambiente;
CPO:	Coordenação de Projetos e Obras; uma das áreas de atuação da Cogic;
Crea:	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; órgão de classe responsável por emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
Fiocruz:	Fundação Oswaldo Cruz; instituição vinculada ao Ministério da Saúde (MS)
IN:	Instruções Normativas emitidas pelos órgãos da Administração Pública;
ME:	Ministério da Economia;
MPOG:	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; atual ME;
NBR:	Norma Brasileira Regulamentadora;
OTP:	Órgão Técnico Público
Seges:	Secretaria de Gestão; vinculada ao ME;
SLTI:	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;
Sinapi:	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil; tabelas com custo de referência para a construção civil elaboradas pela Caixa Econômica Federal.
TCU	Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo.

2.2. DEFINIÇÕES

Administração Pública: administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas

Administração: órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua – no caso desta contratação, refere-se à Fiocruz.

Fiocruz: órgão com personalidade jurídica de direito público vinculada ao Ministério da Saúde, signatário do instrumento contratual – considerado como CONTRATANTE.

CONTRATADA: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública.

Projeto Básico (PB) ou Termo de Referência (TR) para contratação: [fonte: Anexo I da IN/MPOG nº 5 de 2017] documento geral que deverá conter os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo, pela Administração, com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o serviço a ser contratado e orientar a execução e a fiscalização contratual.

Conteúdo Técnico: conjunto de todo e qualquer documento decorrente dos projetos técnicos com (1) informações necessárias e suficientes, e (2) com nível de precisão adequado à natureza, porte e complexidade da(s) obra(s) ou serviço(s) de engenharia pretendidos pela Administração, e que deverá compor o Projeto Básico ou Termo de Referência para contratação.

Serviço: [fonte: artigo 6º da Lei nº 8.666/1993] toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, seguro ou trabalhos técnico-profissionais, realizado por execução direta ou indireta.

Comissionamento: processo que tem como objetivo assegurar que instalações, sistemas e equipamentos de uma edificação estejam de acordo com os requisitos e necessidades operacionais definidas em projeto; consiste na aplicação integrada de um conjunto de técnicas e procedimentos para verificar, inspecionar e testar instalações, sistemas e equipamentos, incluindo peças, instrumentos, módulos e subsistemas.

Operação assistida: consiste (i) na inspeção (acompanhamento, conferência e registro) do funcionamento e desempenho de materiais, instalações, sistemas e equipamentos de uma edificação em plena utilização por seus usuários; (ii) na correção de não conformidades e falhas de funcionamento e desempenho em regime de urgência; e (iii) no treinamento e capacitação de profissionais para utilização e manutenção de instalações, sistemas e equipamentos, incluindo a limpeza e manutenção de materiais.

Subcontratação: execução de parcela do objeto descrito no Projeto Básico ou Termo de Referência por terceiro estranho ao contrato, mas sob vinculação direta com a CONTRATADA, que mantém integralmente suas responsabilidades contratuais e legais.

A CONTRATADA pode subcontratar parte da obra, serviço ou fornecimento, desde que dentro dos limites permitidos pela Administração no ato convocatório e no contrato, sendo vedada a subcontratação total do objeto. Além disso, a subcontratação deve atender a todas as condições de habilitação constantes do edital e, caso seja efetivada sem autorização da Administração, é motivo para rescisão contratual.

2.3. JUSTIFICATIVA

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC) é uma Unidade da Fiocruz que tem como missão “*promover política, gestão e ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, ensino, informação e serviços de referência no campo da pesquisa biomédica, visando a saúde da população*”.

O IOC possui laboratórios e coleções de nível de risco biológico NB-2, referências nacionais em suas respectivas áreas de atuação, nos 3º e 5º andares do Pavilhão Rocha Lima, localizado no Campus Manguinhos da Fiocruz.

No projeto foram contemplados: (i) o Laboratório de Biologia de Tripanossomatídeos (LABTRIP); (ii) o Laboratório de Entomologia Médica e Forense (LEMEF); (iii) o Laboratório Nacional e Internacional de Referência em Taxonomia de Triatomíneos (LNIRTT); (iv) o Laboratórios de Simulídeos e Oncocercose (LSO); (v) a Coleção de Culturas de Fungos Filamentosos (CCFF); e (vi) serviços de apoio técnico aos laboratórios prestados pelo Departamento de Apoio Técnico e Tecnológico do IOC (DATT). Também foram incluídas áreas para a gestão da pesquisa e outras áreas de apoio geral.

A reforma dos referidos pavimentos se justifica por conta dos seguintes fatores: (i) haverá um remanejamento de espaços, de modo que alguns laboratórios serão migrados para outros prédios; (ii) os espaços abertos por tal migração serão ocupados por laboratórios existentes no próprio Pavilhão Rocha Lima, ampliando-os; (iii) há necessidade de adequar os espaços às normas vigentes de biossegurança; segurança do trabalho e ergonomia; de incêndio e pânico; e acessibilidade universal - sem prejuízo de outros normativos exigidos por órgãos competentes; e (iv) há necessidade de modernizar os sistemas prediais instalados, no sentido ampliá-los e qualificá-los.

2.4. ESCOPO E OBJETIVOS

Esta contratação tem por objetivo a obra de reforma integral dos 3º e 5º andares do Pavilhão Rocha Lima que somados possuem 1.589 m², incluindo a construção de torre de utilidades com 800 m².

3. ÁREA REQUISITANTE

Coordenação de Projetos e Obras (CPO); Ana Paula Medeiros – matrícula Siape nº 1791789

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida possui natureza de serviço não continuado e está prevista transferência de conhecimento sobre a tecnologia empregada, incluindo a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE e/ou de empresas que assumirão a manutenção de instalações, sistemas e equipamentos.

4.1. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

O prazo de execução deverá ser de 18 (dezoito) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS); o prazo de vigência deverá ser de 27 (vinte e sete) meses.

Observação: o prazo de vigência excede o prazo de execução em 9 (dez) meses porque comporta (i) apresentação da documentação prévia à execução (1 mês); (ii) recebimentos provisório e definitivo (4 meses); (iii) pagamento da última medição de serviço (1 mês) e (iv) extensão de prazo para abarcar eventuais suspensões do prazo de execução (3 meses).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Embora o objeto da contratação tenha características singulares, uma vez que atende a especificidades rigorosas estabelecidas a partir da formulação de programa de necessidades e levantamentos técnicos, a maior parte dos serviços e materiais são de natureza corrente, tendo seus custos estabelecidos a partir das tabelas de referência do Sinapi ou outra fonte pública reconhecida.

Sempre que cabível tecnicamente, serão consideradas instalações, sistemas e equipamentos de natureza comum que não requerem fabricação exclusiva, reduzindo o custo total da contratação.

Nas composições cuja definição de custo através do Sinapi se mostrar inviável, serão utilizados como referência os seguintes bancos de dados: Sistema de Custo de Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro (SCO) e Sistema de Boletim de Custos (SBC), sendo substituídos os custos dos insumos pelos do Sinapi.

Por último, para serviços, materiais construtivos, sistemas ou equipamentos que não forem contemplados pelo Sinapi, será realizada pesquisa de mercado, adotando-se as diretrizes da IN SEGES/ME nº 73, de 2020.

Cabe ressaltar que o orçamento estimativo a ser elaborado pela Administração será meramente referencial, sendo de inteira responsabilidade da licitante toda e qualquer conferência de quantidades de serviços necessários para o cumprimento integral do objeto e do escopo da licitação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Segundo Projeto Básico (e Projeto Executivo), esta contratação implicará na reforma de 1.589 m² dos quais 838 m² (52,7 %) são referentes à área laboratorial; 389 m² (24,5 %) são destinados ao apoio técnico laboratorial; 246 m² (15,5 %) são dedicados às atividades de gestão (gabinetes, secretaria compartilhada, sala de estudantes, sala de reuniões); e 116 m² (7,3 %) são destinados à almoxarifado, banheiros, convívio e alimentação e depósito de material de limpeza – não considerando as áreas de utilidades. E ainda na construção de torre de utilidades com 800 m² que irá abrigar os sistemas prediais de suporte para o funcionamento das atividades.

Para a elaboração do planejamento geral de execução foram consideradas como premissas: (i) permitir a continuidade de funcionamento dos laboratórios e coleção durante a obra; e (ii) eliminar ou reduzir drasticamente a necessidade transição de laboratórios com consequente provimento de espaços provisórios.

Tais premissas visaram (i) minimizar o impacto sobre a produtividade dos laboratórios e coleção – que prestam serviços de referência para diversos atores do SUS; (ii) eliminar os riscos decorrentes da movimentação de amostras biológicas, equipamentos e mobiliário; (iii) reduzir o prazo da obra e risco de suspensões devido à movimentações intermediárias de laboratórios; e (iv) reduzir o custo da obra com instalações temporárias.

Uma vez que novo prédio de pesquisa está sendo construído no Campus Maré (Expansão), para onde serão transferidos metade dos laboratórios do Pavilhão Rocha Lima, abriu-se a oportunidade de ampliar a área dos laboratórios remanescente -- conforme Programa de Necessidades e Plano de Massas aprovados -- e de executar a obra de seus 3º e 5º andares de modo subsequente em 4 etapas, conforme descrito a seguir.

Antes, porém, é importante destacar que essa alternativa de execução ainda conserva a necessidade de deslocamento dos laboratórios durante a execução do contrato – fator de risco para o cumprimento do prazo de execução.

A primeira etapa da obra deverá ser iniciada pelo 3º andar, que deverá estar integralmente desmobilizado (incluindo equipamentos e mobiliário inservíveis) -- os laboratórios serão remanejados para novo prédio de pesquisa e o DATT ocupará provisoriamente sala liberada pelo Laboratório de Zoonoses Bacterianas (LABZOO) no 5º andar. De modo concomitante com essa obra será construída a torre de utilidades.

Concluída a obra do 3º andar e da torre de utilidades, o LSO e o LNIRTT (atualmente instalados no 5º andar) serão remanejados definitivamente; parte do DATT que dará apoio direto aos laboratórios desse andar descenderá; e o LEMEF será transferido em definitivo do Pavilhão 124 (Administração do IOC). Serão mantidos no 5º andar o LABTRIP, a CCFF e parte do DATT que dá suporte direto à coleção.

A segunda etapa ocorrerá no 5º andar, pela ala anteriormente ocupada pelo LSO e LNIRTT; uma vez concluída essa etapa, o LABTRIP será remanejado em definitivo.

A terceira etapa da obra ocorrerá no trecho central do andar – ocupado anteriormente pelo LABTRIP – e receberá a CCFF e o DATT após sua conclusão; registra-se que um laboratório do LABTRIP que está hoje no Pavilhão Lauro Travassos será transferido para o Pavilhão Rocha Lima.

A quarta e última etapa, será realizada na antiga área da CCFF e abrigará as atividades de gestão da pesquisa e áreas de apoio geral aos laboratórios e coleção deste andar.

Foram definidos os seguintes condicionantes de execução: (i) as obras não poderão ocorrer em horários noturnos ou finais de semana, salvo condição excepcional; (ii) deverá ser prevista a instalação de cremalheira (elevador de obra) para evitar o uso do elevador da edificação; (iii) interrupções de grande período no fornecimento de energia elétrica, água ou telecomunicações serão proibidas, à menos que seja elaborado plano de contingência prevendo-se a utilização de geradores para suprimento de energia, reservatórios provisórios de água e formas alternativas de comunicação; e (iv) será elaborado Plano de Comunicação aos pesquisadores e usuários contemplando as macro etapas previstas, eventuais necessidades de interrupção pontuais no fornecimento de elétrica e água com indicação das ações de contingência, e metas de entrega.

Compromissos entre as partes foram assumidos para execução da obra, tendo em vista o grau de complexidade do objeto e os riscos envolvidos.

A direção do IOC deverá se comprometer em entregar o 3º andar integralmente desmobilizado (incluindo equipamentos e mobiliário inservíveis) até o início da obra do Pavilhão Rocha Lima.

A Cogic irá mobilizar a equipe de transporte para movimentação de mobiliário e equipamentos comuns.

A direção do IOC deverá contratar empresa especializada na movimentação de equipamentos laboratoriais, notadamente daqueles que sejam sensíveis, estejam em garantia ou que exijam certificação de instalação.

Registra-se que a movimentação de equipamentos é um ponto crítico porque o tamanho e peso dos mesmos não é compatível com a condição atual dos elevadores (tamanho da caixa e capacidade de carga); também não será possível descer pelas escadas em função do risco de acidentes. Uma solução poderá ser utilizar as saídas de emergência e caminhões munk, guias ou guindastes.

Para tanto, a equipe de infraestrutura do IOC deverá ser mobilizada para levantamento de (i) equipamentos e mobiliário inservíveis para alienação; (ii) equipamentos e mobiliário que requeiram movimentação "simples" pela equipe da Cogic; (iii) equipamentos que demandam movimentação especializada; (iv) equipamentos e mobiliário que deverão ser retirados pela saída de emergência (através de contratação especializada).

Serão incluídas na obra todas as bancadas que contenham ponto de água e esgoto, e bancadas secas e mobiliários fixos que dependam de intervenção civil para serem instalados; por outro lado, não serão incluídos quaisquer equipamentos comuns ou laboratoriais, ou mobiliário comum ou laboratorial.

Conforme sua conveniência, a direção do IOC deverá providenciar a aquisição de mobiliário para os laboratórios, coleção e serviço de apoio. A Cogic recomenda tomar por base as plantas, especificações e quantitativos que serão fornecidos juntamente com o Projeto Executivo.

A equipe de infraestrutura do IOC deverá acompanhar o andamento da obra para mobilizar a transferência dos laboratórios, coleção e serviço no momento adequado, entregando os espaços integralmente desmobilizados (incluindo equipamentos e mobiliário inservíveis).

A equipe de infraestrutura do IOC deverá também ser mobilizada para realizar permanente interface com os pesquisadores e usuários, informando sobre o andamento da obra e acolhendo reclamações, comentários, e qualquer outro tipo de manifestação. Sob hipótese alguma os pesquisadores deverão ter contato direto com a fiscalização da Cogic sem intermediação da equipe de infraestrutura do IOC.

Por se tratar de *campi* com um conjunto de edificações já construídos, todas as novas construções ou soluções técnicas propostas deverão respeitar as características e os elementos existentes, adequando-se em especial à infraestrutura (redes), urbanização, paisagem urbana e construções históricas tuteladas.

E, por se tratar de reforma, sempre que possível, deverão ser mantidas as características arquitetônica, estrutural e de instalações prediais gerais identificadas, buscando-se alterações apenas de caráter essencial de modo a minimizar reformulações e/ou ajustes acentuados que onerem a execução.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Será elaborada oportunamente planilha orçamentária com a estimativa das quantidades a serem contratadas, que será baseada em projetos de diferentes disciplinas e memórias de cálculo, e levará em consideração a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A contratação está estimada em R\$ 31.494.384,08 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais, e oito centavos).

Serão apresentados oportunamente o Projeto Básico e as planilhas orçamentárias com a composição e valores detalhados de itens.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando que (i) se trata de objeto de engenharia cuja execução vincula diferentes serviços técnicos, materiais, instalações, sistemas e equipamentos indissociáveis para o resultado final pretendido; (ii) a responsabilização técnica é atrelada ao conjunto da execução, aceitando-se distinção somente para as diferentes disciplinas; (iii) a garantia da contratação é integral, não sendo subdivisível por suas partes, componentes ou etapas; (iv) não se identifica vantajosidade ou economicidade com o parcelamento da solução; (v) existe grave risco para a Administração de não ser atingido o objetivo pretendido por conta do eventual parcelamento da execução ou repartição de responsabilidades.

A divisão do objeto não é aplicável, no entanto, também não representa perda de economia de escala.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação proposta foi elaborada a partir de diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Plano Quadrienal da Fiocruz (PQ) ou pelo Plano Plurianual (PPA). Por este motivo, foi elencada no Plano Anual de Contratações (PAC) e na programação de serviços da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic), unidade responsável pela gestão de infraestrutura da Fiocruz.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

Em sentido amplo, a contratação pode contribuir para a geração de emprego e renda, o estímulo ao desenvolvimento de competências e conhecimentos técnicos na área de atuação da saúde pública e do complexo industrial da saúde, e o incentivo à articulação da cadeia de produção da construção civil.

De modo específico, com a contratação espera-se prover espaços de trabalho funcionais, ergonômicos, seguros e agradáveis, adequados às normas vigentes de Segurança do Trabalho, Segurança contra Incêndio e Pânico (Corpo de Bombeiros) e Acessibilidade Universal; além de normas específicas de Biossegurança, Vigilância Sanitária (municipal e/ou estadual), e Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde -- conforme cada caso -- e demais legislações e normas vigentes.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Em função da natureza da contratação e das exigências estabelecidas, será necessário concluir a construção do novo prédio de pesquisa no Campus Maré (Expansão), para onde serão transferidos metade dos laboratórios do Pavilhão Rocha Lima, para que a contratação surta seus efeitos.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não foram identificados impactos ambientais relevantes.

14.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Serão incluídos critérios e práticas de sustentabilidade ambiental visando à redução do consumo de energia e água – tanto em relação (i) à procedimentos de desenvolvimento e gestão, (ii) à soluções técnicas de projeto e execução de obra ou serviços de engenharia; ou (iii) à racionalidade de operação e manutenção da edificação – com base na IN SLTI/MPOG nº 1/2010, que apresenta as condições que obrigatoriamente precisam ser observadas, sem prejuízo de outras exigências a serem formuladas pela Administração.

A IN SLTI/MPOG nº 1/2010 estabelece que os órgãos e entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional devem incluir critérios de sustentabilidade ambiental em suas especificações para contratação de serviços e obras. Desse modo, conforme o artigo 4º da referida Instrução Normativa, definem-se as seguintes exigências:

“[...] as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização e tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;

II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;

III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;

IV – energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;

V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;

VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;

VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;

VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e

IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

[...] § 4º – No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –

Considerando o artigo 6º da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, que estabelece a necessidade de inclusão nos editais de contratação da adoção de práticas de sustentabilidade na execução dos serviços pelas empresas contratadas sempre que cabível, pode-se transcrever os seguintes elementos:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. [...]

Parágrafo único – O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente."

Sem prejuízo dos critérios já elencados contidos na legislação supracitada, com base no parágrafo único do artigo 6º da IN SLTI/MPOG nº 1/2010, e com vistas a minimizar qualquer impacto ambiental decorrente da execução dos serviços previstos, são definidos critérios específicos em relação (i) ao gerenciamento dos resíduos e (ii) ao uso de agregados na obra:

Quanto ao gerenciamento dos resíduos, se estabelece que a CONTRATADA deverá gerenciar os resíduos da obra segundo as diretrizes da resolução 307 de 5 de julho de 2002 da Conama, a saber:

- os resíduos da construção civil deverão ser identificados, quantificados, classificados e destinados segundo a sua classe (A, B, C e D) estabelecida na resolução acima citada.
- a triagem deverá ser realizada, preferencialmente, na origem, ou ser realizada em áreas de destinação licenciadas para esta finalidade, respeitando as classes de resíduos.
- os resíduos deverão ser acondicionados após sua geração até a etapa de transporte, assegurando, em todos os casos que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem.
- os resíduos deverão ser transportados em conformidade com as normas para o transporte de resíduos, destinados somente a locais licenciados e acompanhados do Controle de Transporte de Resíduos.

- a documentação de Controle de Transporte de Resíduos deverá conter as assinaturas do gerador, do transportador e do receptor e deverá ser mantida no local da obra à disposição da fiscalização dos órgãos governamentais e da Fiocruz.
- a empresa deverá possuir permissão da prefeitura local para prestação do serviço de coleta de entulho, e cadastramento no órgão de limpeza urbana local.
- o material recolhido deverá ser destinado a locais e áreas previamente indicadas e autorizadas pela Prefeitura, através de seu órgão de limpeza urbana, e conforme legislação vigente;
- para retirada do entulho e para seu transporte até a destinação final, deverão ser utilizados equipamentos e veículos automotores, de responsabilidade da contratada, apropriados e licenciados conforme legislação vigente;
- os serviços de retirada, transporte e descarte deverão ser executados por profissionais devidamente treinados para o desempenho da atividade, portando EPI (equipamentos de proteção individual) adequados à realização do serviço;
- o processo de retirada, transporte e descarte do entulho, em local devidamente autorizado, é de inteira responsabilidade da Contratada;
- apresentar, após atendimento da solicitação de retirada, transporte e descarte do entulho, uma certidão atestando a destinação final do material para local adequado, autorizado pelo órgão de limpeza urbana do município, no prazo máximo de 60 dias após a execução do serviço.

Quanto ao uso de agregados na obra, a CONTRATADA deverá fazer uso de agregados reciclados sempre que existir oferta e capacidade de suprimento na região em quantidade compatível com sua aplicação e com custo inferior em relação aos agregados naturais; e sempre que for tecnicamente recomendável ao uso a que se destina, a saber, no caso deste projeto, apenas na aplicação de concreto e argamassa não estruturais.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A partir dos elementos elencados, declara-se que a contratação é viável e razoável.

16. RESPONSÁVEIS

Conforme a Portaria de designação, são responsáveis pela contratação:

Rodrigo das Neves Costa	Coordenador de Arquitetura e Urbanismo	Siape: 1549124
Cosme Luiz Chiniara Júnior	Coordenador de Engenharia	Siape: 1897422
Leonardo de Lacerda	Analista de Apoio Técnico	CPF: 023.648.367-60

17. ANEXOS

Não se aplica